

Perspectivas de professores que trabalham com deficientes mentais sobre a proposta de inclusão na rede oficial de ensino

Selma Feba Tesini
Eduardo José Manzini

Como citar: TESINI, S. F.; MANZINI, E. J. Perspectivas de professores que trabalham com deficientes mentais sobre a proposta de inclusão na rede oficial de ensino. *In:* MANZINI, E. J. (org.). **Integra o do aluno com deficiência:** Perspectiva e prática pedagógica. Marília: Unesp Marília Publica es, 1999. p. 85-96. DOI: <https://10.36311/1999.978-85-86738-07-7.p85-96>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva,   publicado sob a licença Creative Commons Atribui o-NãoComercial-SemDeriva es 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PERSPECTIVAS DE PROFESSORES QUE TRABALHAM COM DEFICIENTES MENTAIS SOBRE A PROPOSTA DE INCLUSÃO NA REDE OFICIAL DE ENSINO¹

Selma Feba TESINI²

Eduardo José MANZINI³

Uma das preocupações apresentadas pelos professores que trabalham com o deficiente mental é a questão da falta de articulação entre ensino regular e especial e o conseqüente desconhecimento por parte dos professores da Rede Oficial de Ensino, das necessidades e/ou dificuldades dos alunos matriculados em escolas especiais.

Com a elaboração e discussão da proposta da inclusão do deficiente na rede regular de ensino faz-se necessário verificarmos as expectativas dos professores que hoje atuam com o deficiente mental, visto que quando se trata de alunos com deficiência mental a polêmica “incluir em classes comuns” aumenta. Além de identificar as expectativas, a partir das verbalizações dos professores, talvez teremos subsídios para discutir e refletir sobre a atuação prática dos profissionais em salas de aula integradas.

Ferreira (1995) destaca que os limites hoje impostos aos deficientes não serão removidos apenas pela educação regular ou

¹ Trabalho final apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial, Unesp/Capes/Proesp 1997/1998. Marília.

² Professora especializada da Apae.

³ Docente do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus de Marília.

especial. O aspecto da localização física não é o fundamental em termos de integração. Apenas a colocação do aluno em um ambiente menos isolado não se assegura a integração e não se garante um ensino com certo grau de competência.

O problema das diferenças individuais e culturais poderá ser acentuado na escola regular e se não houver, principalmente, a competência do professor, todo o desenvolvimento do aluno ficará prejudicado pois, a escolarização comum, que significa a integração máxima do indivíduo deficiente na sociedade passa a ser segregadora no momento em que evidencia as diferenças relacionadas a alterações físicas e/ou comportamentais.

A Constituição de 1988, art. 208, prevê como dever do Estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Porém, não podemos idealizar a realidade do ensino regular, supervalorizando a integração física, ou compreendendo a escola como reforma única da transformação social.

Devemos levar em conta que as pessoas deficientes são discriminadas por conta do contexto social e não pela patologia que apresentam. É claro que a patologia altera o comportamento do indivíduo mas sua limitação depende do grupo coletivo.

Bartell (1980) diz que o que há de distinto em todos os indivíduos deficientes, e comum a todos eles, não são as suas próprias características, mas a resposta característica dos outros face a eles. E, quanto mais exclusivamente for o atendimento, maior o grau potencial de segregação.

Podemos notar que, cada vez mais, alunos com distúrbios psíquicos e/ou comportamentais são confundidos pelos professores com deficientes mentais. Esses indivíduos são encaminhados para escolas ou classes especiais em virtude de um déficit cognitivo que apresentam por não estarem participando efetivamente da vida escolar.

Porém, a escola inclusiva não implica agrupar alunos com desvios comportamentais com alunos deficientes mentais, nem tampouco tirar alunos da classe especial e colocá-los na classe comum .

Há necessidade de mudanças na política local, na concepção de educadores e, principalmente, na relação escola e família/sociedade.

O problema da integração não é somente do deficiente, é um problema de todos e, para que ocorra de forma eficaz, faz-se necessário a melhoria da formação dos professores da rede regular de ensino em relação às necessidades educativas especiais; a definição de uma política que venha subsidiar princípios e práticas para as necessidades educativas especiais, criando normas uniformes sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência – física, intelectual, social, emocional, lingüística ou outras - e; o desenvolvimento de uma pedagogia que se ajuste às necessidades de cada criança, ao invés de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo educativo.

A partir deste contexto é importante conhecermos o que os professores que atuam com deficientes mentais pensam sobre a integração desses alunos na rede regular de ensino e na comunidade que, muitas vezes, devido a determinados valores, se fecha às pessoas que lhe parecem não compartilhar das próprias características, habilidades e aspirações do grupo social.

Isso nos remete também a conhecer e analisar as concepções desse cidadão como o professor e ser social, que mantém contato direto com deficientes mentais.

Desenvolvimento do estudo

Participou deste estudo uma equipe de dez professores que constituem o Programa de Reabilitação da APAE de uma cidade do interior de São Paulo. Este programa conta com uma equipe multidisciplinar – Pedagogo, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta – que realiza o trabalho, juntamente com os professores, para que o desenvolvimento global de alunos deficientes mentais ocorra de forma satisfatória. A faixa etária atendida pelo Programa de Reabilitação é de 7 a 14 anos, com classes estruturadas de 2 à 12 alunos, dependendo do grau de comprometimento mental de cada indivíduo.

O programa está subdividido em três níveis: Pré-Escolaridade I (crianças com maior grau de comprometimento), Pré-Escolaridade II e Escolaridade. Da escolaridade, que é o último nível do programa, os alunos com maior grau de habilidade cognitiva, após avaliação psicológica e pedagógica, são encaminhados para classes especiais da rede oficial de ensino. Os alunos encaminhados continuam recebendo os atendimentos necessários na instituição por mais um ano, com a finalidade de reforço.

Os alunos que não conseguem atingir um nível cognitivo suficiente para serem encaminhados e acompanharem a classe especial são remanejados para as oficinas do Programa de Habilitação na própria instituição.

Para atingir o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas, na própria sala de aula do professor, em horário que os alunos estavam em atendimento externo (sessões de fisioterapia, psicologia ou fonoaudiologia), momentos esses que o professor encontrava-se disponível.

As perguntas eram abertas e tinham a finalidade de obter a opinião dos professores sobre a inclusão do aluno deficiente na rede oficial de ensino. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Após a leitura das transcrições das fitas constatou-se a importância de identificar verbalizações que eram significativas para o objetivo proposto, ou seja, foram selecionados unidades de análise que constituíram um conjunto de temas. As informações foram então agrupadas de acordo com o grau de semelhança que permeavam o tema discutido.

Resultados e discussão

Baseada nessa forma de analisar as verbalizações pôde-se chegar a um conjunto de temas que revelaram: 1) concepções de deficiência; 2) concepção de inclusão; 3) papel e responsabilidades do professor na sala comum para receber o aluno deficiente; 4) condições e

critérios para que ocorra a inclusão do aluno deficiente mental na rede regular de ensino.

A seguir apresentaremos os temas e as respectivas verbalizações que os exemplificam.

1 Concepção de deficiência e relações com a inclusão

Exemplos de falas:

(ao discutir tipos de deficiência que deveriam ser incluídas)

“Não são todos os deficientes que podem acompanhar o grupo. Se por exemplo se pensar em uma criança deficiente mental moderada, seguindo uma escolaridade, ela poderá atingir um certo nível e depois não conseguir mais. Isso acaba desestimulando-a, pois a aprendizagem das crianças supera a de uma criança com deficiência e todos tem essa percepção. Mesmo não tendo raciocínio lógico perfeito, a parte de compreensão e, também através de experiências, os deficientes percebem até onde é o seu limite, a sua capacidade.” (P1).

“Acho que se o aluno tem condições ele tem que ir para rede oficial de ensino. Assim pelo menos o deficiente vai estar em contato com outras crianças, com outras pessoas.” (P3).

“Se o aluno é deficiente, isso tem que ser levado em conta porque ele é diferente, precisa de condições diversificadas para se desenvolver.” (P6).

“Se fosse somente a inclusão de alguns alunos com deficiência leve, seria mais fácil, mas com deficiência moderada será bem mais difícil.” (P8).

“Se a criança tem uma deficiência leve, ela pode estar sendo inserida, mas qualquer tipo de deficiência, numa sala numerosa é impossível trabalhar, pois os alunos não conseguiriam reter o que o professor passa.” (P9).

“Tem que ser analisado o nível da deficiência dos alunos, pois tem crianças que ainda conseguem acompanhar uma sala ao passo que outras jamais poderão frequentar uma sala de aula. Deve haver muito avanço na educação para se pensar em um deficiente na sala de aula.” (P10).

As falas anteriores sinalizam que para os professores é possível realizar a integração, principalmente quando, segundo sua concepção de deficiência, o aluno tem condições de acompanhar a sala sendo que o aluno com deficiência leve seria o mais adequado. Parece que os critérios “tipo e grau” de deficiência seriam os mais importantes para realizar a inclusão. Porém, podemos salientar que a inclusão refere-se a colocação de todos os alunos sob o prisma da educação como um todo. Nessas falas fica a indagação: e aqueles alunos com deficiência mental moderada? Não seriam incluídos?

Podemos interpretar que, para esses participantes, a inclusão é importante, porém, na realidade, existem vários problemas direcionados à escola (salas numerosas) e aos próprios alunos (tipo e grau deficiência) que parecem impedir uma verdadeira inclusão.

2 Concepção de inclusão

Exemplos de falas:

“É interessante o contato dos deficientes com os normais.” (P1).

“Não dá para misturar as crianças normais com as deficientes porque você tem que dar mais atenção para aquelas que tem dificuldade e, os outros vão ficando para trás. Acho viável a inclusão nas salas especiais porque incluir nas salas comuns, com crianças normais, é muito difícil.” (P2).

“Não é porque a criança tem algum problema que vai viver sua vida toda dentro de uma entidade. Ela tem que conhecer outros meios. Para algumas crianças é viável a inclusão mas não para todas porque terá a discriminação das crianças da rede oficial de ensino.” (P3).

“A inclusão é viável, mas cada caso é um caso e se deve tomar algumas precauções pois a inclusão é um contraste muito grande que sociedade não está preparada para aceitar.” (P5).

“Acho que não é viável a inclusão. Considero que a discriminação é muito maior, principalmente por parte das crianças normais.” (P6).

“As crianças com diversos tipos de deficiência numa mesma sala, com certeza vai gerar a exclusão pois, uma criança com deficiência visual incluída numa sala comum já fica excluída por ser diferente.” (P8).

“Não acho que dá certo misturar deficientes físicos com deficientes mentais ou auditivos, pois cada um deve ser trabalhado de maneira diferenciada.” (P9).

“Considero que o aluno deficiente não deve ser incluído na rede oficial de ensino.” (P10).

Sobre o “princípio da inclusão” constatamos um grande número de verbalizações sobre a dificuldade de se “misturar” crianças deficientes com crianças normais. Para a maioria dos professores a inclusão ainda é um processo que está longe de ser viabilizado, pois a sociedade não enxerga os deficientes como pessoas capazes de viver em conjunto com outras pessoas.

Nota-se em algumas falas que inclusão passa a ser sinônimo de integração na escola regular que tenha serviço de atendimento especializado, ou seja, os participantes não têm uma clara conceituação do que seja a proposta da escola inclusiva.

Dessa forma, na visão dos professores, mesmo a inclusão sendo importante, entende-se que ela é inviável no momento, pois a forma como o ensino na rede oficial de ensino está estruturado não proporcionaria o desenvolvimento destes alunos com deficiência e sim, poderia gerar mais discriminação e, conseqüentemente, evasão destes alunos da escola.

3 Papel e responsabilidades do professor na sala comum para receber o aluno deficiente

Neste tema, pudemos verificar que, sob a ótica dos participantes do estudo, o professor da sala comum, por um lado, teria sua responsabilidade aumentada ao receber o aluno deficiente mas, por outro, não contaria com suporte técnico para desempenhar adequadamente o seu papel. Exemplos de falas:

“O aluno não pode ficar somente sob a responsabilidade do professor porque o aluno não pode sair de uma instituição onde tenha apoio técnico e quando chegar na rede oficial de ensino ficar tudo nas costas do professor sobrecarregando-o.” (P1).

“É muito complicado para o professor ter um planejamento diferenciado numa mesma sala; os deficientes não vão acompanhar.” (P2).

“O professor deve ser auxiliado com um embasamento técnico, pois se o aluno for jogado para o professor como é feito atualmente, fica difícil a integração.” (P7).

“Acho que a inclusão é viável e importante mas, o sucesso deste trabalho dependerá de quem vai desempenhá-lo.” (P8).

“Não concordo com a inclusão pois, os professores que estarão com as crianças na sala de aula não estão preparados. Deve haver muito avanço na educação para se pensarem um deficiente na sala de aula. A formação atual dos professores não dá conta.” (P10).

Podemos perceber uma preocupação muito grande dos participantes quanto a atuação dos profissionais da rede oficial de ensino. Segundo eles, a má preparação técnica e formação profissional, além da falta de recursos e de uma equipe técnica competente (psicólogo, pedagogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo), viriam prejudicar a inclusão do aluno deficiente na rede oficial de ensino, o que poderia ocasionar no fracasso desta proposta.

4 Condições, critérios e dificuldades para que ocorra a inclusão

Um das dificuldades mais claramente apresentada pelos participantes se referiu ao número excessivo de alunos nas classes comuns. Para outros seria necessário um número menor de alunos e um acompanhamento técnico. Exemplos de falas:

“A inclusão é válida mas para colocar os deficientes numa mesma sala com 35 alunos é complicado. É necessário uma revisão quanto a HTP dos professores para que eles se preparem melhor. E, a inclusão depende ainda do suporte que será oferecido a esse professor – respaldo técnico, apoio teórico e prático.” (P1).

“Mesmo numa sala com um número menor de alunos é inviável se trabalhar, pois há necessidade de todo um acompanhamento psicológico, fonoaudiológico, ou seja, toda uma estruturação. Ainda o

trabalho tem que ser realizado individualmente com cada aluno, o que acaba não sendo um trabalho de grupo.” (P9).

Um dos participantes indicou como dificuldade a interação com alunos “normais”:

“Incluindo todos os deficientes mentais, eles ficariam excluídos porque a gente percebe que eles não tem o mesmo tipo de contato que as crianças normais e, na rede oficial de ensino seriam rejeitados.” (P3).

Outros participantes indicaram outras condições que são apresentadas a seguir:

“O pedagogo tem que ajudar o professor. Deve ter também psicólogo na escola para conversar. Tem que conversar com os pais e com as crianças da rede oficial de ensino para explicar o que está acontecendo. O professor deverá fazer dois planejamentos ou dividir: meia hora trabalhar com o deficiente e o restante do tempo com as outras crianças, pois o deficiente não acompanha o planejamento da rede oficial de ensino.” (P2).

“A proposta da rede oficial de ensino deve estar de acordo com a deficiência do aluno, porque muitas vezes o aluno não acompanha o que é proposto porque não condiz com sua capacidade. Tudo tem que ser revisto.” (P4).

“Devemos verificar se o ambiente é favorável, receptivo ao aluno ou se este será colocado na sala somente para cumprir a lei da inclusão, sem preocupação com o seu desenvolvimento.” (P5).

“As mudanças não podem acontecer da noite para o dia. Tem que ser algo a longo prazo e requer investimentos principalmente a nível profissional.” (P6).

“É necessário ter uma equipe técnica para apoiar o aluno e o professor.” (P7).

“É necessário a formação dos profissionais na área de deficiência e não só com magistério, que não dá embasamento para trabalhar com crianças deficientes.” (P8).

Ao discutirmos sobre as condições necessárias para que ocorra a inclusão, é destacado, com bastante ênfase a importância do apoio ao aluno e ao professor de uma equipe técnica que venha auxiliar nas dificuldades encontradas e que possa traçar, em conjunto (professor

e equipe), caminhos que subsidiem o trabalho visando o desenvolvimento global do aluno.

Dificuldades como falta de planejamentos diferenciados, ambiente desfavorável, falta de conhecimentos aparecem como entraves para o êxito da inclusão dos alunos deficientes na rede oficial de ensino.

Alguns participantes indicaram como condição o processo de conscientização dos professores, a necessidade de planejamento, uma reflexão sobre a inclusão. Exemplos de falas:

“Tudo tem que ser bem pensado, porque para se retirar uma criança de uma entidade e inseri-la na rede oficial de ensino para depois de um ano ela retornar, é muito complicado.” (P1).

“Devemos conhecer o trabalho dos profissionais da rede oficial de ensino para darmos sugestões e auxiliá-los, pois o vínculo professor versus aluno é muito importante para elaboração de um projeto que a criança acompanhe.” (P4).

“Devemos incentivar, promover a inclusão paralelamente com um trabalho de conscientização aos profissionais e a sociedade.” (P5).

“Tudo deve ser verificado: o trabalho e, principalmente os profissionais que realizarão o trabalho com os deficientes.” (P8).

“O professor que trabalhará com classes integradas deverá ter uma formação muito abrangente para lidar com os problemas que surgirão em sala de aula quanto a discriminação entre os alunos.” (P10).

De forma geral, quando os participantes falam sobre condições para que haja a inclusão, percebe-se a importância atribuída a todo o processo pois, uma vez realizada a integração deste aluno na escola e na sociedade, não dá para voltar. Ou seja, não daria para ocorrer a volta a um sistema educacional mais segregado. Para tanto, salienta-se a necessidade de uma formação abrangente dos profissionais, para que possam realizar seu trabalho de maneira significativa com consciência e com sucesso.

Ainda verifica-se a necessidade de um trabalho paralelo, junto à sociedade, para que a escolarização do aluno deficiente não tenha um fim em si mesmo e sim possa render frutos em todos os âmbitos: sociais, culturais e econômicos.

Conclusões

Podemos concluir que a maioria dos relatos sobre a viabilização do processo de inclusão dos alunos deficientes na rede oficial de ensino pautou-se sobre o momento inadequado para sua realização, uma vez que os alunos são vistos como pessoas 'incomuns', o que poderia prejudicar o trabalho que já está sendo desenvolvido com os alunos comuns. Isso ocorreria pela falta de preparação teórica e metodológica dos profissionais que atuam na rede oficial de ensino e ainda pelo descaso de autoridades para com o desenvolvimento dos deficientes o que não proporcionaria um atendimento eficiente de forma global (psíquica, intelectual, motora).

Um ponto importante e que merece destaque é que alguns dos participantes apontam a inclusão como uma necessidade para os deficientes, porém inviável no momento, devido a vários fatores, os quais poderiam desestruturar todo um trabalho desenvolvido em entidades que tem proporcionado grande auxílio no desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Porém, não podemos perder de vista o ideal deste trabalho e deixar que a inclusão se torne um sonho que não virou realidade. Temos que apontar as dificuldades e traçar os caminhos para superá-las em busca de uma sociedade justa, digna e que respeite indistintamente todos os indivíduos que a compõem.

Bibliografia

- BARTELL, N. R. *Psicologia da Criança Excepcional*, 1980.
- CARDOSO, M. C. F. Integração Educacional e Comunitária. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo, vol. 1, n.º 1, p. 89, 1987.
- Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

- ESTADO DE SÃO PAULO. S.E.E. / CENP. Diretrizes da Educação Especial. São Paulo, S.E/CENP,1989.
- FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença**. Piracicaba/SP, 1995.
- MANTOAN, M. T. E. **A Integração de Pessoas com Deficiência**: Contribuições para uma Reflexão sobre o Tema. São Paulo: Memnon: Ed. SENAC, 1997.
- OMOTE, S. et alli. Dificuldades e Perspectivas para a Habilitação em Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Piracicaba, n.4, v. 2, p. 137-5145, 1996.
- OMOTE, S. Perspectivas para a Conceituação de Deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Piracicaba, n. 4, v. 2, p. 127-136, 1996.
- SILVEIRA, J.G.B. **Educação Especial Brasileira: Integração/Segregação do Aluno Diferente**. São Paulo, EDUC, 1993.